

Analítica decolonial do governo: governamentalidade e colonialidade nas relações internacionais

Natali Hoff 

Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Correo electrónico: natali.hoff@gmail.com

Ramon Blanco* 

Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Correo electrónico: ramon.blanco@unila.edu.br

Doi: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.15913>

RESUMO

A governamentalidade foucaultiana consolidou-se nas relações internacionais como uma importante abordagem analítica para examinar racionalidades políticas, tecnologias de governo e processos de subjetivação que configuram o poder moderno. Contudo, sua genealogia permanece amplamente ancorada na experiência histórica europeia, dedicando tratamento limitado ao papel constitutivo do colonialismo e das hierarquias raciais na formação das práticas modernas de governo. Diante dessa lacuna, este artigo investiga como as ferramentas analíticas da governamentalidade podem ser articuladas às hierarquias raciais, epistêmicas e ontológicas que estruturam a modernidade/colonialidade. Para isso, desenvolve uma reconstrução conceitual baseada em revisão crítica da literatura, propondo uma releitura da analítica de governo sistematizada por Mitchell Dean à luz da crítica decolonial. Argumenta-se que essa abordagem pode ser reinterpretada à luz de regimes de diferenciação colonial que organizam classificações raciais, epistêmicas e geopolíticas duradouras na política internacional. Ao explicitar esse princípio classificatório, o artigo demonstra que governar implica simultaneamente conduzir condutas e produzir distinções que definem quais populações, territórios e saberes podem ser reconhecidos como governáveis. Desse modo, propõe-se uma analítica decolonial do governo capaz de ampliar o alcance crítico dos estudos da governamentalidade e oferecer um enquadramento conceitual para investigar empiricamente como hierarquias coloniais continuam a estruturar práticas contemporâneas de governo na política internacional.

Palavras-chave: governamentalidade; colonialidade; relações internacionais; analítica do governo.

* Ramon Blanco agradece o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), por meio dos instrumentos PRPPG nº 109/2017, nº 58/2018, nº 110/2018, nº 149/2018, nº 154/2018, nº 25/2019, nº 80/2019, nº 66/2020, nº 104/2020, nº 105/2020, nº 166/2021, nº 191/2021, nº 205/2021, nº 77/2022, nº 90/2022, nº 102/2023, nº 121/2023, PRPPG/IMEA nº 16/2023, nº 118/2024, nº 05/2025 e nº 19/2026, bem como das Chamadas Públicas PBA nº 09/2021 e nº 23/2024 da Fundação Araucária.

Analítica decolonial del gobierno: articulando la gubernamentalidad y la colonialidad en las relaciones internacionales

RESUMEN

La gubernamentalidad foucaultiana se ha consolidado en las relaciones internacionales como un importante enfoque analítico para examinar racionalidades políticas, tecnologías de gobierno y procesos de subjetivación que configuran el poder moderno. Sin embargo, su genealogía permanece ampliamente anclada en la experiencia histórica europea, prestando escasa atención al papel constitutivo del colonialismo y de las jerarquías raciales en la formación de las prácticas modernas de gobierno. Ante esta laguna, este artículo investiga cómo las herramientas analíticas de la gubernamentalidad pueden articularse con las jerarquías raciales, epistémicas y ontológicas que estructuran la modernidad/colonialidad. Para ello, desarrolla una reconstrucción conceptual basada en una revisión crítica de la literatura, proponiendo una relectura de la analítica del gobierno sistematizada por Mitchell Dean a la luz de la crítica decolonial. Se sostiene que esta analítica puede reinterpretarse a partir de regímenes de diferenciación colonial que organizan clasificaciones raciales, epistémicas y geopolíticas duraderas en la política internacional. Al explicitar este principio clasificatorio, el artículo demuestra que gobernar implica simultáneamente conducir conductas y producir distinciones que definen qué poblaciones, territorios y saberes pueden ser reconocidos como gobernables. De este modo, se propone una analítica decolonial del gobierno capaz de ampliar el alcance crítico de los estudios sobre gubernamentalidad y ofrecer un marco conceptual para investigar empíricamente cómo las jerarquías coloniales siguen estructurando las prácticas contemporáneas de gobierno en la política internacional.

Palabras clave: gubernamentalidad; colonialidad; relaciones internacionales; analítica del gobierno.

A Decolonial Analysis of Government: Linking Governmentality and Coloniality in International Relations

ABSTRACT

Foucauldian governmentality has become an important analytical framework in International Relations for examining political rationalities, technologies of government, and processes of subject formation that configure modern power. However, the genealogy of this approach remains largely anchored in the European historical experience, offering limited engagement with the constitutive role of colonialism and racial hierarchies in the formation of modern practices of government. Addressing this gap, this article investigates how the analytical tools of governmentality can be articulated with the racial, epistemic, and ontological hierarchies that structure modernity/coloniality. To this end, the article develops a conceptual reconstruction based on a critical review of the literature, proposing a reinterpretation of the analytics of government systematized by Mitchell Dean through the lens of decolonial critique. It argues that this analytical framework can be reinterpreted in light of regimes of colonial differentiation that organize enduring racial, epistemic, and geopolitical classifications in international politics. By making this classificatory principle explicit, the article demonstrates that governing simultaneously entails conduct and distinguishing which populations, territories, and forms of knowledge can be recognized as governable. In doing so, it proposes a decolonial analytics of government, capable of expanding the critical scope of governmentality studies and

offering a conceptual framework for empirically investigating how colonial hierarchies continue to structure contemporary practices of government in international politics.

Keywords: Governmentality; Coloniality; International Relations; Analytics of Government.

Introdução

O conceito de governamentalidade, formulado por Michel Foucault nos anos 1970, constituiu uma contribuição central para a análise das formas modernas de poder. Ao deslocar o foco das instituições formais e da soberania jurídica para as racionalidades políticas, tecnologias e práticas que orientam a condução das condutas, Foucault (2007) redefiniu o governo como uma arte de organizar campos de possibilidade da ação. Governar, nessa perspectiva, não se reduz ao exercício da autoridade soberana ou à aplicação de mecanismos disciplinares sobre corpos individuais, mas envolve a configuração dos modos pelos quais a vida coletiva é conduzida, tornada inteligível e administrada. Essa concepção inaugurou uma perspectiva analítica que se tornou central para compreender a historicidade do poder e sua operacionalização em sociedades modernas (Dean, 2010; Rose & Miller, 1992). Nas relações internacionais (RI), esse deslocamento teórico repercutiu na consolidação dos estudos internacionais da governamentalidade, que aplicaram a analítica foucaultiana à política global, evidenciando a dispersão das racionalidades de governo, a multiplicidade de atores não estatais e a constituição de subjetividades transnacionais (Jaeger, 2023; Larner & Walters, 2004). Ao analisar campos como segurança internacional, migração, desenvolvimento, governança climática e construção da paz, esses estudos demonstraram que a governamentalidade opera para além das fronteiras do Estado-Nação, revelando formas dispersas de condução das condutas em escala internacional (Jaeger, 2023).

Contudo, a expansão desse enquadramento teórico tornou visíveis seus limites epistemológicos e metodológicos. A genealogia foucaultiana da governamentalidade permanece amplamente ancorada na experiência histórica europeia, apresentando, em alguns casos, uma tendência a universalizar categorias derivadas do contexto liberal-ocidental e a relegar o colonialismo e a racialização a papéis marginais na constituição do poder moderno (Teo & Wynne-Hughes, 2020). Ao privilegiar a trajetória interna da Europa como espaço originário das práticas modernas de governo —do poder pastoral cristão à razão de Estado e ao liberalismo—, essa abordagem tende a obscurecer o papel constitutivo desempenhado pelas formações coloniais e imperiais na

produção dessas mesmas racionalidades políticas. Essa limitação evidencia o caráter eurocêntrico da analítica foucaultiana, que raramente reconhece que as racionalidades modernas de poder emergiram em meio a processos simultâneos e interligados de colonização, escravização, expropriação e racialização (Howell & Richter-Montpetit, 2019). Compreender essas dinâmicas em escala global implica reconhecer que muitos dos dispositivos e técnicas associados ao governo moderno foram desenvolvidos e experimentados em diferentes formações coloniais e imperiais, como nas plantações escravistas, nas missões civilizatórias, nos censos racializados e em diversas tecnologias de administração imperial. Esses espaços funcionaram como locais privilegiados de experimentação política e de produção de saberes administrativos posteriormente incorporados às racionalidades modernas de governo.

Diante dessas limitações analíticas, a crítica decolonial latino-americana oferece um horizonte alternativo para repensar o vínculo constitutivo entre modernidade, poder e colonialismo. Formulada por autores como Aníbal Quijano (1992) e Walter D. Mignolo (2011), a noção de colonialidade designa a persistência histórica das hierarquias raciais, epistêmicas e ontológicas que sustentam a modernidade, concebida não como narrativa de racionalização europeia, mas como projeto de diferenciação colonial que produz e naturaliza fronteiras entre humanidade e não-humanidade, civilização e barbárie, conhecimento e ignorância. Ao tratarem modernidade e colonialidade como dimensões co-originárias de uma mesma matriz de poder mundial, esses autores demonstram que a expansão europeia a partir do século 16 operou simultaneamente como processo de acumulação material e de produção de diferenças ontológicas que permanecem ativas nas hierarquias globais contemporâneas (Mignolo & Walsh, 2018; Quijano, 2005).

A partir desse quadro, este artigo propõe uma reelaboração crítica da analítica de governo sistematizada por Mitchell Dean (2010). O objetivo não é substituir a analítica de Dean, mas reinscrevê-la em um horizonte histórico mais amplo, no qual modernidade e colonialidade aparecem como processos constitutivos, tornando visíveis os *regimes de diferenciação colonial* que estruturam transversalmente as formas de conhecimento, os campos de visibilidade, as tecnologias de governo e os modos de subjetivação. O argumento central é que as práticas modernas e contemporâneas de governo operam simultaneamente como técnicas de condução de condutas e como projetos de hierarquização ontológica, epistêmica e racial. Compreender o governo moderno exige, portanto, reconhecer que suas

racionalidades políticas, campos de visibilidade, tecnologias e modos de subjetivação foram historicamente constituídos por regimes de diferenciação colonial que definem as fronteiras do humano reconhecível, os limites da autoridade epistêmica legítima e a distribuição desigual das possibilidades de vida e de morte em escala global.

Metodologicamente, o artigo desenvolve uma estratégia de reconstrução conceitual orientada por revisão crítica da literatura. A análise examina os pressupostos epistemológicos que estruturam as tradições analíticas mobilizadas e as condições históricas que delimitam o alcance de suas categorias. A partir desse exame, a analítica de governo sistematizada por Mitchell Dean (2010) é reinterpretada em um horizonte histórico ampliado que incorpora as contribuições da crítica da colonialidade. Essa estratégia permite reinscrever as quatro dimensões da analítica de governo —*formas de conhecimento, campos de visibilidade, tecnologias de governo e modos de subjetivação*— no contexto da modernidade/colonialidade, evidenciando os regimes de diferenciação colonial que estruturam as práticas modernas de governo. Para desenvolver esse argumento, o artigo realiza dois movimentos analíticos complementares. A primeira seção reconstrói o desenvolvimento dos estudos da governamentalidade e discute a sistematização proposta por Dean (2010), destacando suas contribuições metodológicas e seus limites no tratamento das hierarquias coloniais e raciais. A segunda seção estabelece o diálogo com a crítica da colonialidade e argumenta que as quatro dimensões da analítica de governo podem ser reinterpretadas à luz dos regimes de diferenciação colonial que atravessam a modernidade/colonialidade.

Nesse sentido, a reelaboração da analítica de governo sistematizada por Dean parte do reconhecimento de que suas dimensões foram historicamente conformadas no interior da expansão colonial europeia. Reinscrever essas dimensões no contexto da modernidade/colonialidade implica compreender que as práticas modernas de governo operam sobre sistemas de diferenciação racial, epistêmica, ontológica e geográfica que definem *a priori* o que pode ser governado, o que conta como conhecimento legítimo e quem pode ser reconhecido como plenamente humano. Essa articulação tem sido progressivamente explorada por um campo empírico em expansão que examina a inscrição colonial de tecnologias de governo e os processos contemporâneos

de subjetivação moldados pela colonialidade¹. Esses regimes de diferenciação colonial, constituídos por linhas abissais que separam zonas de ser e de não ser, por marcadores de diferença como raça e civilização, por exclusões epistêmico-ontológicas que desqualificam saberes subalternos e por uma geopolítica do conhecimento que concentra autoridade epistêmica em centros globais de produção de saber, atravessam transversalmente as formas de conhecimento, os campos de visibilidade, as tecnologias de governo e os modos de subjetivação analisados pela analítica de governo. Ao explicitar esse princípio classificatório, o artigo sustenta que a articulação entre governamentalidade e colonialidade permite reinterpretar as práticas modernas e contemporâneas de governo como processos simultâneos de condução das condutas e de hierarquização ontológica, epistêmica e racial, abrindo um programa analítico para examinar como essas classificações continuam a estruturar a política global contemporânea.

Governamentalidade, analítica de governo e seus limites

O termo “governamentalidade” foi cunhado por Michel Foucault nas aulas ministradas no Collège de France em 1977-1978, intituladas “Segurança, Território, População” (Foucault, 2007), como parte de sua crítica às formas tradicionais de conceber o poder nas sociedades modernas. Em trabalhos anteriores, como *Vigiar e Punir*, Foucault (1977) havia distinguido o poder soberano, baseado no direito de fazer morrer e deixar viver, do poder disciplinar, voltado à normalização dos corpos individuais. A governamentalidade introduz uma terceira modalidade de poder, irreduzível às anteriores, configurando uma racionalidade política orientada não à obediência jurídica nem à disciplina dos corpos, mas à condução da vida coletiva em sua totalidade (Walters & Tazzioli, 2023). Esse deslocamento vincula-se ao surgimento da população como objeto privilegiado de saber e intervenção, mobilizando instrumentos como a estatística, a medicina social e a economia política para traduzir a vida coletiva em regularidades, riscos e cálculos administráveis. Trata-se, nas palavras de Foucault (2007), de um “conjunto constituído por instituições, procedimentos,

1 Esse campo empírico tem se desenvolvido em dois eixos principais: estudos que analisam instituições e tecnologias de governo em sua inscrição histórico-colonial, como censos, cartografias e regimes de fronteira (Orsini et al., 2019; Prasse-Freeman, 2023), e pesquisas que examinam racionalidades governamentais e processos contemporâneos de subjetivação moldados pela colonialidade em áreas como segurança, educação e regimes migratórios (Alawattage & Azure, 2022; Holland, 2025; Triandafyllidou, 2025; Vong & Lo, 2023).

análises e reflexões, cálculos e táticas” (p. 108) que têm como objetivo conduzir condutas².

É nesse quadro analítico que Foucault identifica o surgimento de tecnologias de poder voltadas à administração dos processos vitais da população, denominada “biopolítica” (Foucault, 2007)³. Seu foco recai sobre fenômenos próprios da vida da espécie —natalidade, mortalidade, morbidade, saúde e longevidade— tratados como variáveis suscetíveis de observação, cálculo e intervenção (Foucault, 2007, 2008). Diferentemente das tecnologias disciplinares centradas no corpo individual, a biopolítica opera por meio de dispositivos de segurança que trabalham com séries estatísticas, probabilidades e médias populacionais (Busse, 2015). A intervenção não se realiza pela proibição direta, mas pela modulação das condições do meio nas quais a vida coletiva se desenvolve.

A racionalidade governamental que sustenta essas tecnologias biopolíticas não opera apenas por coerção ou proibição direta, mas por meio da organização de campos de ação nos quais os indivíduos exercem formas reguladas de liberdade (Foucault, 2008). Como observa Rose (1999), governar pressupõe a liberdade dos governados, de modo que o poder não se limita a impor restrições, mas produz sujeitos capazes de agir dentro de determinados horizontes de possibilidade. Nesse sentido, a noção de governamentalidade permite a Foucault escapar do impasse segundo o qual, se o poder constitui os próprios sujeitos, a resistência se tornaria impossível (Lorenzini, 2023). Ao deslocar a análise para as racionalidades, técnicas e estratégias que organizam a vida coletiva, o conceito revela que o poder opera também por meio de práticas de liberdade, e não apenas de dominação ou coerção (Death, 2013). Essa ênfase na liberdade, contudo, não deve obscurecer os modos pelos quais formas liberais de governo mobilizam igualmente a violência e a coerção, como evidenciam instituições de detenção, aparatos de controle migratório e mecanismos de corte de direitos sociais (Dean, 2007; Hindess, 2005). A governamentalidade configura-se, assim, como uma matriz histórica que

2 Em Foucault (2007), “governo” não designa apenas o exercício formal da autoridade estatal. O termo refere-se à condução das condutas, isto é, ao conjunto de práticas e racionalidades por meio das quais a ação de indivíduos e coletividades é orientada por diferentes autoridades, saberes e técnicas.

3 Foucault (2007) distingue biopoder e biopolítica como dois níveis analíticos relacionados. O biopoder designa o domínio amplo das técnicas de poder sobre a vida, abrangendo o polo disciplinar, voltado à normalização dos corpos individuais, e o polo regulatório, voltado à gestão dos processos vitais coletivos. A biopolítica refere-se especificamente a esse segundo polo, no qual a população, enquanto realidade biológica, torna-se objeto de intervenção governamental.

abrange desde o poder pastoral cristão até as artes modernas de governo baseadas na população e nos dispositivos de segurança (Foucault, 2007).

A discussão sobre a governamentalidade abriu espaço para uma agenda de investigação que, sobretudo após a publicação da coletânea *The Foucault Effect* (Burchell et al., 1991), extrapolou os limites do Estado para examinar como distintos domínios da vida social são governados. Dean (2025) identifica duas fases nesse desenvolvimento. A primeira caracteriza-se pela ênfase empírica na heterogeneidade das práticas e racionalidades de governo, deslocando o foco do Estado como ator exclusivo para incluir agentes diversos e mecanismos que produzem formas de inclusão, exclusão e abandono. A segunda acrescenta o entrelaçamento entre as práticas de governo com resistências e contracondutas (Simon, 2025) e a abertura para análises multiescalares e multissetoriais (Heath-Kelly, 2024). Esse movimento possibilitou a expansão do conceito para além da ciência política e da sociologia, permitindo que campos como Geografia e RI o mobilizassem para repensar as fronteiras convencionais entre o nacional e o internacional, o local e o global.

Nesse processo, as obras de Peter Miller e Nikolas Rose (1990; 1992) e de Mitchell Dean (2010) foram fundamentais por sistematizar metodologias de análise da governamentalidade, ajudando a consolidá-la como instrumental analítico capaz de iluminar tanto o exercício estatal de poder quanto formas de regulação situadas em esferas não estatais. Embora partilhassem a preocupação em compreender o governo como prática contingente, sustentada por arranjos técnicos, discursivos e morais, suas propostas divergem em alcance e orientação normativa. A proposta de uma “problemática de governo”, elaborada por Rose & Miller (1992), desloca a análise do Estado para a rede de racionalidades e tecnologias que sustentam o governo liberal, argumentando que os pares binários convencionais —Estado e sociedade civil, público e privado, coerção e consentimento— são insuficientes para explicar a multiplicidade de formas pelas quais o governo é exercido nas democracias liberais avançadas. Rose & Miller (1992) propõem examinar, de um lado, as racionalidades políticas como campos discursivos nos quais se legitimam os fins e limites da ação governamental e, de outro, as tecnologias de governo como o conjunto de instrumentos, programas e práticas por meio dos quais essas racionalidades são operacionalizadas. Esse enquadramento torna visível a lógica do “governo à distância”, na qual autoridades liberais recorrem à expertise para traduzir objetivos políticos em condutas individuais. Nesse processo, especialistas,

estatísticas e centros de cálculo deixam de operar como instrumentos neutros e passam a constituir condições de possibilidade da própria prática governamental (Miller & Rose, 1990). Ao iluminar essas interdependências entre discursos, saberes e técnicas, a proposta revela como as aspirações governamentais se materializam em arranjos aparentemente neutros que estruturam o governo para além da dicotomia estatal-não estatal.

A contribuição de Mitchell Dean (2010), por sua vez, ocupa lugar central nos estudos da governamentalidade porque oferece uma das formulações mais sistemáticas daquilo que Foucault havia delineado de modo disperso em suas aulas e intervenções metodológicas. Em vez de converter a governamentalidade em uma teoria geral do poder ou em uma sociologia do Estado, Dean propõe uma *analítica de governo*, isto é, uma perspectiva de investigação voltada para as condições específicas sob as quais determinadas práticas de governo emergem, estabilizam-se e transformam-se. Seu ponto de partida é a definição foucaultiana de governo como condução de condutas, entendida em sentido amplo como a atividade de dirigir, moldar ou orientar a ação de indivíduos e coletividades por meio de diferentes autoridades, saberes, cálculos, técnicas e mecanismos de intervenção. Nessa chave, a análise do governo não se concentra prioritariamente em quem governa ou na fonte última da autoridade, mas nos modos pelos quais a conduta se torna objeto de problematização, conhecimento e direção em contextos históricos determinados.

É nesse sentido que Dean (2010, p. 27) organiza a analítica de governo em torno da investigação dos *regimes de práticas*. Esses regimes designam arranjos historicamente situados de práticas que estruturam a forma como certos problemas são pensados, como determinados objetos são tornados governáveis e como condutas são orientadas. Eles articulam racionalidades, formas de saber, técnicas de intervenção e posições de autoridade que tornam possíveis e aceitáveis maneiras específicas de agir em domínios como punição, assistência, educação, administração ou cuidado. A analítica de governo volta-se, assim, para a inteligibilidade própria desses regimes de práticas, examinando as condições sob as quais certos problemas são formulados, determinadas populações se tornam visíveis e conhecíveis, e modos específicos de agir passam a ser concebidos como governáveis. O foco desloca-se, portanto, das estruturas formais de autoridade para os arranjos heterogêneos por meio dos quais governo, verdade e subjetivação se conectam na organização das condutas.

Para tornar essa análise empiricamente operável, Dean (2010, p. 33) propõe examinar os regimes de práticas a partir de quatro dimensões analíticas inter-relacionadas⁴. A primeira diz respeito aos *campos de visibilidade*, isto é, às formas pelas quais populações, espaços, comportamentos e problemas são tornados perceptíveis, representáveis e administráveis. A segunda refere-se às *formas de conhecimento*, compreendidas como os saberes, vocabulários, classificações e procedimentos de verdade que permitem definir objetos, estabelecer diagnósticos e justificar intervenções. A terceira dimensão corresponde às *tecnologias de governo*, isto é, aos instrumentos, mecanismos, procedimentos, programas e técnicas por meio dos quais a condução das condutas é operacionalizada. A quarta, por fim, concerne aos *modos de subjetivação*, entendidos como as formas pelas quais indivíduos e coletividades são interpelados, capacitados e induzidos a reconhecer-se e a conduzir-se segundo determinadas normas, responsabilidades e expectativas. Essas dimensões não constituem esferas independentes nem níveis hierárquicos de explicação, mas eixos analíticos mutuamente implicados que permitem reconstruir a inteligibilidade histórica dos regimes de práticas. A analítica de governo consiste, nesse sentido, em examinar como determinadas formas de visibilidade tornam certos fenômenos perceptíveis como problemas de governo, como saberes e vocabulários produzem critérios de verdade que permitem diagnosticá-los e classificá-los, como técnicas e instrumentos operam como meios concretos de intervenção e como formas específicas de subjetivação orientam a conduta daqueles que governam e daqueles que são governados. Em vez de buscar uma causa única ou um princípio organizador subjacente, essa abordagem reconstrói os arranjos heterogêneos por meio dos quais visibilidades, racionalidades, tecnologias e formas de identificação se articulam na constituição de campos governáveis, permitindo examinar empiricamente como diferentes racionalidades políticas se materializam em práticas concretas de governo.

Esse movimento de ampliação teórica encontra expressão nos estudos internacionais da governamentalidade, que transportam o léxico foucaultiano para a análise da política internacional (Jaeger, 2023). Mais do que uma aplicação das ideias de Foucault às RI, eles representam uma inflexão epistemológica

4 Esse esquema foi posteriormente ampliado por outros autores, como Blanco (2020), que acrescentou a dimensão dos especialistas para compreender a centralidade da expertise no governo contemporâneo. Para o autor, os especialistas ou peritos ocupam uma posição privilegiada para guiar e orientar as condutas e, conseqüentemente, as práticas de governo na política internacional, mas também nas nacionais.

e metodológica, ao deslocar o foco das estruturas formais de poder e das instituições tradicionais para as racionalidades políticas, para as tecnologias de governo e para os regimes de práticas que moldam condutas no espaço internacional. Walters (2012) caracteriza essa vertente como uma “teorização menor”, voltada para a “análise da política mundial em termos de suas singularidades, aparatos, estratégias e tecnologias e na implantação contingente de racionalizações, práticas e técnicas variadas sem a pressuposição de uma ‘lógica’ de poder abrangente” (pp. 88-89). Em contraste com os paradigmas dominantes das RI, como o realismo e o liberalismo, os estudos internacionais da governamentalidade não buscam estabelecer leis gerais ou modelos totalizantes, mas examinam a dispersão, a contingência e a historicidade das práticas de governo. Com isso, oferecem instrumentos para compreender como racionalidades políticas se concretizam em arranjos que governam a distância, dissolvem a dicotomia doméstico/internacional e se imbricam constitutivamente desde a emergência da razão de Estado europeia (Hoff e Blanco, 2021b).

Essa inflexão gerou dois eixos de pesquisa. O primeiro aplica a governamentalidade ao exame de instituições e tecnologias de segurança e governança: a política de segurança da União Europeia (Merlingen, 2006), a “governança global liberal” (Neumann & Sending, 2010), a biopolítica securitária (Dillon & Reid, 2001), os regimes de imigração (Bigo, 2002) e as políticas de responsabilização estatal (Löwenheim, 2007). O segundo dirige-se a objetos transnacionais e globais: práticas da sociedade civil (Kutay, 2014; Lipschutz & Rowe, 2006; Trinh, 2023), governança transnacional (Rosenow, 2009), regimes migratórios e de refúgio (Lippert, 1999; McNevin et al., 2016; Ragazzi, 2009; Stierl, 2020; Zehfuss, 2021), governamentalidade digital (Barry, 2019; Dammann et al., 2022; Radu, 2014; Whitehead & Collier, 2023), governança climática (De Roeck, 2019; Holland, 2025; Methmann, 2011; Strippel & Bulkeley, 2013b) e processos de pacificação e reconstrução do Estado por atores internacionais (Hoff & Blanco, 2020a, 2020b, 2021a, 2021c). A heterogeneidade desses objetos não é acidental. A analítica de governo opera de modo distinto das abordagens centradas em atores ou estruturas. Em vez de perguntar apenas sobre quem governa ou por que, ela pergunta como populações e territórios se tornam governáveis em condições históricas específicas. Essa reorientação permite às RI descrever práticas que escapam às categorias tradicionais de soberania e ordem internacional.

A transposição da governamentalidade para as RI não esteve isenta de objeções e críticas. Chandler (2009, 2010), Joseph (2010, 2012) e Selby (2007)

identificaram o risco da “falácia da analogia doméstica”. Para esses autores, a extrapolação de categorias europeias modernas para a política internacional reproduz um viés liberal e eurocêntrico. Jaeger (2023) contesta essas objeções. A razão de Estado e o liberalismo se constituíram em meio a dinâmicas de guerra, diplomacia, comércio e colonização. Reduzi-los ao espaço doméstico ignora, portanto, a internacionalidade que lhes é constitutiva. Esse enquadramento encontra respaldo empírico em estudos que descrevem racionalidades de governo que não se deixam capturar pelo modelo liberal europeu e que exigem categorias analíticas capazes de reconhecer a heterogeneidade constitutiva da política mundial (Aradau & Van Munster, 2007; Death, 2013; Tazzioli, 2015; Teo & Wynne-Hughes, 2020). A governamentalidade internacional não opera como lógica uniforme, mas como conjunto plural de práticas atravessadas por hierarquias coloniais e raciais. Reconhecer esse dado é o ponto de partida para a articulação entre governamentalidade e pensamento decolonial que orienta as seções seguintes.

Convém notar que Foucault não ignorou a relação entre poder, raça e governo. Nas aulas reunidas em *Society Must Be Defended*, ele introduz o conceito de racismo de Estado para descrever o mecanismo pelo qual o biopoder opera uma cesura biológica no interior da população (Foucault, 2003). O racismo funciona como o dispositivo que permite reintroduzir a morte em um regime de poder orientado à gestão da vida. Ao fragmentar biologicamente a população, ele estabelece distinções entre vidas que devem ser protegidas e vidas cuja exposição à morte se torna aceitável. Nesse sentido, o racismo deixa de ser compreendido apenas como ideologia ou preconceito e passa a ser analisado como uma tecnologia de governo inscrita no funcionamento do biopoder. Para Rasmussen (2011), Foucault interpreta o racismo moderno como uma forma de governo biopolítico voltada à gestão diferencial da vida. Contudo, essa genealogia permanece limitada no tratamento sistemático do colonialismo. Embora identifique o racismo como mecanismo interno aos dispositivos biopolíticos das sociedades modernas, Foucault oferece apenas um tratamento limitado do colonialismo europeu e da história global da raça (Rasmussen, 2011). A articulação entre biopolítica, racismo e expansão colonial aparece apenas de maneira marginal em sua análise. Esse limite torna-se particularmente visível quando a analítica de governo é aplicada a contextos históricos e geopolíticos que excedem a experiência europeia. Embora o esquema analítico sistematizado por Dean (2010) ofereça instrumentos valiosos para examinar racionalidades políticas, tecnologias de governo e processos de subjetivação, ele permanece em grande medida silencioso quanto

às hierarquias coloniais e raciais que estruturaram historicamente esses regimes de práticas. É nesse ponto que o diálogo com a crítica da colonialidade se torna analiticamente produtivo.

A colonialidade como horizonte crítico da governamentalidade

A crítica decolonial latino-americana oferece um horizonte analítico para repensar o vínculo entre modernidade, poder e colonialismo que permanece em grande medida implícito na analítica da governamentalidade. Ao situar a formação das racionalidades modernas de governo em processos históricos que articularam raça, trabalho, autoridade e conhecimento em escala mundial, essa abordagem permite reinscrever a analítica de governo na história da modernidade/colonialidade. O diálogo entre governamentalidade e colonialidade não substitui uma abordagem pela outra. Ele torna visível o princípio classificatório colonial que atravessa as próprias racionalidades, campos de visibilidade, tecnologias de governo e modos de subjetivação que a analítica foucaultiana se propõe a examinar.

Formulada por Quijano (1992), a noção de colonialidade descreve o padrão de poder que emergiu com a expansão colonial europeia e que permanece ativo na organização da modernidade. Diferentemente do colonialismo, que designa relações históricas de dominação política e administrativa entre metrópoles e colônias (Loomba, 2005), a colonialidade refere-se à lógica classificatória que continuou a operar após as independências formais e que reorganizou as estruturas fundamentais do sistema-mundo moderno. Esse padrão instituiu a classificação racial da população mundial como princípio de hierarquização social e articulou as esferas do trabalho, da autoridade política, do conhecimento e da subjetividade (Quijano, 1992). É por isso que Mignolo (2011, p. 2) a descreve como a “face oculta da modernidade”, uma vez que se esta última se apresenta como narrativa universal de progresso e emancipação, sua efetivação só se tornou possível mediante a exploração, o racismo e a expropriação gerados pelo processo colonial. A partir dessa perspectiva, a modernidade deixa de ser compreendida como processo interno de racionalização europeia e passa a ser interpretada como uma formação histórica constituída simultaneamente pela expansão colonial, pela escravização de populações africanas, pela reorganização global do trabalho e pela produção de hierarquias raciais duradouras (Mignolo, 2011). A colonialidade designa, portanto, a estrutura

histórica que sustenta a ordem moderna, operando como matriz classificatória que organiza as relações econômicas, políticas e epistêmicas do sistema global contemporâneo (Quijano, 2005)⁵.

Essa formulação abriu espaço para um desenvolvimento teórico posterior no interior do Programa modernidade/colonialidade⁶, no qual a noção de colonialidade passou a ser desdobrada em diferentes dimensões analíticas. A colonialidade do poder, formulada por Quijano (1992, 2005), descreve o padrão de dominação que articula classificação racial, divisão internacional do trabalho e formas de autoridade política no sistema-mundo moderno. Em sua formulação inicial, Quijano identifica quatro domínios inter-relacionados —economia, autoridade, gênero/sexualidade e conhecimento/subjetividade— que estruturam esse padrão de poder e pelos quais a classificação racial reorganizou as hierarquias globais e produziu novas identidades históricas (Quijano, 2005)⁷.

No interior dessa matriz de poder, a raça ocupa posição central. Quijano (2005) define a raça como “uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial” e que “permeia as dimensões mais importantes do poder global, incluindo sua racionalidade específica: o Eurocentrismo” (p. 117). Essa formulação rompe com interpretações que tratavam a racialização como epifenômeno de relações econômicas ou como simples preconceito cultural, situando-a como princípio organizador da modernidade capitalista desde a conquista das Américas (Gandarilla Salgado et al., 2021). A codificação

5 A formulação da colonialidade insere-se em um campo mais amplo de crítica ao colonialismo que inclui a tradição anticolonial do século 20 e os estudos pós-coloniais. Entre os textos mais influentes desse debate, estão *Discurso sobre o Colonialismo*, de Aimé Césaire (1978 [1950]); *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*, de Albert Memmi (2007 [1957]); e *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon (2022 [1961]). A esse conjunto, somam-se ainda *Orientalismo*, de Edward Said (1978), bem como os estudos subalternos associados a autores como Ranajit Guha e Gayatri Spivak. Para uma análise da emergência do giro decolonial latino-americano e de suas relações com essas tradições intelectuais, ver Ballestrin (2013).

6 Entre os principais autores associados ao programa modernidade/colonialidade, encontram-se Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Arturo Escobar, Catherine Walsh e Ramón Grosfoguel. Esses trabalhos analisam a modernidade como processo histórico inseparável da expansão colonial europeia e investigam a persistência de hierarquias raciais, epistêmicas e ontológicas no sistema mundial contemporâneo (Ballestrin, 2013).

7 Desenvolvimentos posteriores da literatura ampliaram as dimensões analíticas da colonialidade. Maldonado-Torres (2007) introduz a noção de colonialidade do ser para examinar a dimensão ontológica da dominação colonial. Dignolo (2005) analisa sua dimensão epistêmica ao discutir a geopolítica do conhecimento que universalizou o pensamento europeu como referência de racionalidade. Lugones (2008) acrescenta a noção de colonialidade do gênero, enquanto Grosfoguel (2010) enfatiza a persistência de hierarquias raciais e epistêmicas na estrutura do sistema-mundo moderno/colonial.

racial da diferença instituída no período colonial americano não apenas legitimou a escravidão e a imposição de regimes coercitivos de trabalho, mas articulou-se com diferentes formas de organização laboral —reciprocidade, servidão, pequena produção mercantil, escravidão e trabalho assalariado— em uma mesma estrutura econômica global. Como observa Quijano (2015), nesse arranjo, “existe a hegemonia do capital, razão pela qual tudo isso é finalmente capitalista, mas não se refere exclusivamente às relações salariais” (p. 44). Fraser & Jaeggi (2018) chegam à conclusão semelhante ao mostrar que a geografia do capitalismo moderno foi desde o início organizada por hierarquias raciais, que separavam “cidadãos metropolitanos versus súditos coloniais, indivíduos livres versus escravos, ‘europeus’ versus ‘nativos’, ‘brancos’ versus ‘negros’” (pp. 42-44). A exploração econômica e a racialização não constituem, portanto, processos paralelos. Ambas integram a formação histórica do sistema-mundo moderno.

Nas RI, a incorporação da noção de colonialidade permitiu deslocar a análise das hierarquias globais para além das explicações centradas exclusivamente na distribuição de poder entre Estados. Ao situar a formação da modernidade no interior de processos coloniais e raciais, essa perspectiva abriu espaço para examinar como as hierarquias que estruturam a política internacional se constituíram historicamente por meio da expansão imperial europeia e da classificação racial da população mundial⁸. Nesse sentido, a colonialidade passou a oferecer instrumentos para analisar tanto os pressupostos epistemológicos da disciplina quanto as práticas políticas e institucionais que sustentam a ordem internacional contemporânea (Tucker, 2018).

Apesar dessas contribuições, a literatura recente também aponta limites na forma como a colonialidade tem sido mobilizada nas RI. Tucker (2018) observa que, em muitos casos, a colonialidade é tratada como uma estrutura ampla e relativamente homogênea de dominação racial e epistêmica, o que tende a obscurecer a diversidade histórica das experiências coloniais. Esse uso generalizante pode reduzir ontologias e saberes subalternizados a simples ausências ou lacunas analíticas, em vez de reconhecê-los como formas autônomas de produção de conhecimento (Blaney & Tickner, 2017; Garzón López, 2013). Além disso, a centralidade conferida à crítica epistemológica da

8 Para uma discussão sobre a inscrição da colonialidade nas estruturas históricas e nas dinâmicas de poder do sistema internacional, ver Blanco e Delgado (2019).

disciplina frequentemente desloca o foco das práticas concretas de poder e das formas pelas quais hierarquias coloniais são continuamente produzidas e reproduzidas em instituições, políticas e dispositivos de governo (Lander, 2001; Noxolo, 2017; Tuck & Yang, 2012). Como resultado, a crítica decolonial corre o risco de permanecer no nível da denúncia estrutural, sem desenvolver instrumentos analíticos capazes de examinar empiricamente os mecanismos por meio dos quais essas hierarquias operam.

Nesse contexto, a articulação entre colonialidade e governamentalidade torna-se analiticamente produtiva ao combinar duas perspectivas complementares. Enquanto a crítica da colonialidade permite compreender as condições históricas que instituíram a classificação racial e as hierarquias epistêmicas da modernidade, a governamentalidade oferece instrumentos para examinar como essas hierarquias são operacionalizadas em práticas concretas de governo. Segundo Teo & Wynne-Hughes (2020), embora Foucault tenha desenvolvido um instrumental sofisticado para investigar racionalidades e tecnologias de governo, sua genealogia permaneceu “estranhamente silenciosa” quanto à centralidade do colonialismo na constituição da modernidade (Shani, 2010, p. 212). Reinscrever a governamentalidade no horizonte histórico da modernidade/colonialidade permite, portanto, situar as práticas de governo em processos globais marcados pela racialização, pela violência epistêmica e pela hierarquização de populações, ao mesmo tempo em que oferece ferramentas analíticas para examinar empiricamente como essas classificações se reproduzem em dispositivos, técnicas e formas de subjetivação. Nesse sentido, este artigo sustenta que uma leitura decolonial pode ampliar o alcance analítico dos estudos da governamentalidade ao evidenciar as hierarquias classificatórias que atravessam os regimes de práticas analisados pela analítica de governo.

Essa releitura parte da analítica de governo sistematizada por Dean (2010), discutida na seção anterior. Ao organizar a investigação dos regimes de práticas em torno das relações entre saber, visibilidade, técnicas de intervenção e processos de subjetivação, essa abordagem oferece um instrumento analítico para examinar empiricamente as racionalidades políticas e os dispositivos por meio dos quais as condutas são orientadas. O argumento desenvolvido neste artigo sustenta que essa arquitetura analítica pode ser aprofundada quando reinscrita no horizonte histórico da modernidade/colonialidade. Não se trata de acrescentar uma nova dimensão à analítica, mas de explicitar o princípio

classificatório que atravessa suas quatro dimensões. Nessa perspectiva, a colonialidade pode ser compreendida como uma gramática classificatória que organiza as distinções a partir das quais as práticas modernas de governo se tornam inteligíveis, instituindo divisões duradouras entre humanidade plena e humanidade diminuída, entre saber legítimo e não saber, e entre espaços de ordem e territórios de exceção.

Argumenta-se, então, que as práticas modernas de governo operam sobre *regimes de diferenciação colonial* historicamente constituídos. Essa expressão designa os sistemas classificatórios que, desde a expansão colonial europeia, organizaram a população mundial por meio de hierarquias raciais, epistêmicas e geopolíticas. Esses regimes produzem distinções duradouras entre formas reconhecidas e desqualificadas de humanidade, separando sujeitos plenamente governáveis de populações posicionadas como objetos de tutela, intervenção coercitiva ou abandono. Nesse sentido, definem simultaneamente os limites do governável e as condições de legitimidade do conhecimento —quem pode governar, quem deve ser governado e quais saberes podem reivindicar autoridade epistêmica. Assim, reinscrever a analítica do governo nesse horizonte permite reconhecer que suas quatro dimensões operam sobre classificações historicamente produzidas pela matriz colonial da modernidade.

A partir dessa perspectiva, compreender os regimes de diferenciação colonial implica identificar os mecanismos classificatórios por meio dos quais populações, territórios e saberes são diferenciados e tornados governáveis. No interior de uma analítica do governo, esses mecanismos podem ser observados nas formas pelas quais certos objetos, sujeitos e espaços passam a integrar campos de intervenção política. A literatura decolonial permite mapear quatro operações classificatórias recorrentes que estruturam essa diferenciação e que, tomadas em conjunto, configuram a gramática classificatória da modernidade/colonialidade. O primeiro refere-se às *linhas abissais* (Santos, 2007), que instauram divisões radicais entre zonas de ser e de não ser (Fanon, 1986; Maldonado-Torres, 2007), separando espaços de validade da norma, da razão e da lei de territórios nos quais a violência pode ser exercida sem restrição⁹.

9 Santos (2007) denomina de pensamento abissal o sistema de distinções que separa o espaço em que operam o direito, a ciência e as garantias políticas da modernidade de territórios produzidos como inexistentes e submetidos à violência. A noção de “zona de não-ser”, formulada por Fanon (1986) e retomada por Maldonado-Torres (2007), descreve a negação ontológica atribuída ao sujeito colonizado. Enquanto Santos enfatiza a divisão epistemológica e jurídica da modernidade, Maldonado-Torres explora sua dimensão ontológica.

O segundo corresponde aos marcadores de diferença —como raça, civilização, progresso e desenvolvimento— que racializam e temporalizam populações, reinscrevendo-as em narrativas teleológicas de modernização e maturidade política (Quijano, 2005). O terceiro componente consiste nas exclusões epistêmico-ontológicas, que delimitam as fronteiras entre saber reconhecido e não saber por meio de processos de desqualificação, tradução forçada e epistemi-cídio que sustentam a hegemonia do conhecimento ocidental (Tucker, 2020). Por fim, a geopolítica do conhecimento concentra a autoridade epistêmica nos centros metropolitanos do Norte global, a partir dos quais são definidos os critérios universais de racionalidade, verdade e cientificidade (Mignolo, 2005). Articulados, esses componentes configuram uma matriz classificatória que organiza formas recorrentes de diferenciação em práticas contemporâneas de governo, delimitando os limites do que pode ser pensado, governado e reconhecido como humano.

Nesse enquadramento, a analítica de Dean permite examinar como essas classificações operam nas diferentes dimensões do governo. Na dimensão das *formas de conhecimento*, os regimes de diferenciação colonial manifestam-se na produção de hierarquias epistêmicas que distinguem saber científico de crença ou tradição, consolidando uma geopolítica do conhecimento que universaliza padrões europeus de racionalidade. Categorias como desenvolvimento, modernização ou fragilidade estatal participam da definição dos problemas políticos considerados legítimos e classificam sociedades segundo graus atribuídos de capacidade institucional. Nos *campos de visibilidade*, essas classificações tornam-se perceptíveis por meio de dispositivos que transformam populações e territórios em objetos de observação e comparação, como indicadores internacionais, rankings e classificações de risco. Nas *tecnologias de governo*, essas distinções são traduzidas em estratégias concretas de intervenção —programas de assistência, reformas institucionais ou operações de paz. Nos *modos de subjetivação*, produzem posições desiguais de sujeito, nas quais populações são interpeladas segundo diferentes graus de capacidade política e pertencimento à ordem internacional, frequentemente próximas das distinções entre zonas de ser e não ser discutidas na literatura decolonial. Tomadas em conjunto, essas dimensões mostram que as práticas de governo operam sobre classificações historicamente constituídas que hierarquizam populações, saberes e territórios.

Nesse sentido, a proposta desenvolvida aqui não introduz uma nova dimensão ao esquema analítico do governo, mas explicita o princípio classificatório

que atravessa suas diferentes dimensões. Reinscritas no horizonte da modernidade/colonialidade, as formas de conhecimento, os campos de visibilidade, as tecnologias de governo e os modos de subjetivação podem ser analisados como espaços nos quais hierarquias raciais, epistêmicas e geopolíticas são continuamente produzidas e reproduzidas. Nessa perspectiva, os regimes de diferenciação colonial funcionam como uma gramática que organiza as distinções por meio das quais populações, territórios e saberes se tornam governáveis. A contribuição dessa proposta consiste, portanto, em aproximar a analítica foucaultiana do governo da crítica decolonial da modernidade. Essa articulação também permite examinar como tais regimes classificatórios participam da distribuição diferencial das condições de vida e morte que atravessa práticas contemporâneas de governo.

Assim, a analítica decolonial do governo permite examinar a articulação entre práticas modernas de governo e dinâmicas necropolíticas. Os regimes de diferenciação colonial não apenas classificam populações e organizam as práticas por meio das quais são governadas. Eles distribuem diferencialmente as próprias condições de exposição à vida e à morte, o que significa que a necropolítica não é exterior ao governo, mas uma de suas modalidades históricas. Como observa Mbembe (2018), a soberania moderna expressa-se, em grande medida, na capacidade de “ditar quem pode viver e quem deve morrer” (p. 5), produzindo divisões que tornam certas vidas objeto de proteção e outras passíveis de destruição. Essa formulação não substitui a governamentalidade, mas revela seu limite histórico constitutivo, uma vez que são os regimes de diferenciação colonial que determinam quando a lógica da condução de condutas se articula à lógica do abandono e da eliminação.

A racialização opera, nesse sentido, como o princípio de partilha que distribui populações entre diferentes regimes de governo. Determinados grupos são integrados a estratégias biopolíticas de gestão e proteção da vida, enquanto outros são posicionados em espaços nos quais predominam o abandono, o confinamento e a violência sistemática. Trabalhos recentes têm explorado justamente essa articulação entre governamentalidade e necropolítica ao mostrar como práticas contemporâneas de governo combinam racionalidades biopolíticas e necropolíticas para produzir fronteiras sociais e políticas que classificam e estratificam populações segundo marcadores racializados de diferença (Estévez, 2020, 2021; Montenegro et al., 2017). Nesses contextos, racionalidades políticas, campos de visibilidade e tecnologias de governo classificam previamente populações

e territórios, distribuindo-os entre campos biopolíticos de proteção e espaços necropolíticos de exposição à morte. Como argumenta Mbembe (2018), a colônia operou historicamente como o espaço em que o estado de exceção tende a tornar-se permanente, funcionando como laboratório no qual essa distribuição diferencial foi primeiro sistematizada. A analítica decolonial do governo permite, portanto, examinar os mecanismos concretos pelos quais essa distribuição é produzida e reproduzida nas práticas contemporâneas de governo.

Essa leitura possibilita enfrentar uma das questões centrais levantadas pelas críticas decoloniais às abordagens foucaultianas do poder, incluindo os estudos da governamentalidade: como analisar situações em que o objetivo do poder não é conduzir condutas, mas eliminar a própria possibilidade de existência de determinados sujeitos e mundos sociais. A literatura decolonial e pós-colonial tem identificado diferentes modalidades dessa eliminação. O conceito de epistemicídio refere-se à destruição sistemática de formas de conhecimento (Santos, 2017), enquanto o etnocídio descreve a destruição de mundos culturais mesmo quando os corpos são preservados (Clastres, 2014). De modo semelhante, a noção de conflito ontológico aponta para processos nos quais a própria possibilidade de existência de outras formas de vida é negada (Blaser, 2013). Em todos esses casos, o poder não opera sobre sujeitos cuja liberdade pode ser regulada, mas por meio da negação ontológica do outro (Maldonado-Torres, 2007; Mbembe, 2018; Wynter, 2003). Esses processos não correspondem simplesmente a momentos de exceção ou colapso da ordem política, mas podem ser organizados por dispositivos institucionais, jurídicos e administrativos que regulam a exposição diferencial de populações à violência e à morte.

Dessa forma, por mais que a analítica decolonial do governo não resolva essa tensão, ela a torna analiticamente visível ao explicitar os regimes de diferenciação colonial que definem quem pode ser governado e quem é exposto à morte ou ao ontocídio. Essa perspectiva evidencia que as racionalidades modernas de governo não operam apenas pela condução das condutas, mas também pela produção de limites ontológicos e políticos que tornam determinadas populações governáveis enquanto outras são excluídas, abandonadas ou eliminadas. Nesse sentido, a necropolítica aparece não como exterior à governamentalidade, mas como um de seus limites históricos constitutivos.

Conclusão

Este artigo partiu de uma limitação analítica persistente nos estudos da governamentalidade em RI. Essa tradição oferece instrumentos refinados para examinar as racionalidades políticas, as tecnologias de intervenção, os campos de visibilidade e os processos de subjetivação que configuram o governo moderno. No entanto, ao permanecer frequentemente ancorada em um horizonte eurocêntrico que naturaliza a experiência liberal-ocidental como referência universal, essa literatura tende a tratar a racialização e os processos coloniais como fenômenos marginais, e não como condições históricas constitutivas das próprias racionalidades que analisa. A crítica da colonialidade responde a essa lacuna ao demonstrar que modernidade e colonialismo são dimensões co-originárias de uma mesma matriz global de poder, mas ainda carece de instrumentos capazes de apreender empiricamente os mecanismos pelos quais hierarquias coloniais são reproduzidas em práticas e dispositivos de governo.

É justamente nesse ponto que a articulação entre essas duas tradições se mostra teórica e analiticamente produtiva. Enquanto a governamentalidade fornece instrumentos para rastrear como o poder governa, a colonialidade revela por que e sob quais condições classificatórias esse governo se torna possível, expondo o vínculo constitutivo entre saber, poder e diferenciação ontológica. Com base nesse diálogo, o artigo propôs uma releitura das quatro dimensões analíticas de Dean, mostrando que cada uma delas é atravessada por regimes de diferenciação colonial historicamente constituídos desde a expansão europeia. Esses regimes não constituem apenas uma dimensão adicional de análise, mas também o princípio classificatório que atravessa e articula as demais dimensões da analítica de governo, tornando visível que governar é sempre também classificar, hierarquizar e racializar.

Esse enquadramento abre um programa de investigação empírica em diferentes domínios da política internacional. Estudos sobre operações de paz e estabilização podem examinar como diagnósticos institucionais classificam sociedades segundo critérios de capacidade estatal que reproduzem distinções herdadas das missões civilizatórias coloniais. Pesquisas sobre regimes migratórios podem analisar como categorias jurídicas e administrativas organizam distinções entre mobilidades legítimas e indesejadas a partir de marcadores racializados de diferença. Programas de desenvolvimento e governança climática também podem ser examinados a partir dos regimes de visibilidade que definem quais territórios são constituídos como espaços de intervenção

e quais populações são posicionadas como objetos de tutela ou abandono. A proposta apresenta, contudo, limites que merecem consideração. O conceito de colonialidade designa estruturas históricas amplas e não descreve automaticamente mecanismos específicos de governo em contextos particulares. Seu emprego exige, portanto, atenção à diversidade histórica das experiências coloniais e ao risco de tratar hierarquias coloniais como estruturas homogêneas que obliteram agências situadas e contradições internas dos regimes de governo.

Assim, a contribuição dessa proposta é sobretudo teórica e analítica. Teoricamente, o artigo dialoga com esforços recentes que buscam ampliar o alcance crítico da governamentalidade ao reinscrevê-la nas dinâmicas históricas da modernidade/colonialidade. Analiticamente, propõe um enquadramento conceitual para examinar como hierarquias coloniais participam da constituição das racionalidades, tecnologias e regimes de visibilidade por meio dos quais práticas contemporâneas de governo são organizadas na política internacional. Ao explicitar os regimes de diferenciação colonial que atravessam essas dimensões, a analítica decolonial do governo permite articular a atenção foucaultiana às práticas de governo com a crítica decolonial das hierarquias históricas da modernidade e, assim, tornar visíveis as classificações por meio das quais populações, territórios e saberes são continuamente produzidos como governáveis na política internacional.

Referências

- Alawattage, C., & Azure, J. D.-C. (2022). Theorising the 'African problem' with governmentality and counter conduct. *African Accounting and Finance Journal*, 4(1), 14-28. <https://doi.org/10.26686/aafj.v4i1.9701>
- Aradau, C., & Van Munster, R. (2007). Governing terrorism through risk: Taking precautions, (un)knowing the future. *European Journal of International Relations*, 13(1), 89-115. <https://doi.org/10.1177/1354066107074290>
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- Barry, L. (2019). The rationality of the digital governmentality. *Journal for Cultural Research*, 23(4), 365-380. <https://doi.org/10.1080/14797585.2020.1714878>
- Bigo, D. (2002). Security and Immigration: Toward a critique of the governmentality of unease. *Alternatives: Global, Local, Political*, 27(supl 1), 63-92. <https://doi.org/10.1177/03043754020270S105>

- Blanco, R., & Delgado, A. C. T. (2019). Problematizing the ultimate other of modernity: the crystallisation of coloniality in international politics. *Contexto Internacional*, 41(3), 599-619. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2019410300006>
- Blanco, R. (2020). *Peace as government: The will to normalize Timor-Leste*. Lexington Books. <https://doi.org/10.5771/9781498581783>
- Blaney, D. L., & Tickner, A. B. (2017). Worlding, ontological politics and the possibility of a decolonial IR. *Millennium: Journal of International Studies*, 45(3), 293-311. <https://doi.org/10.1177/0305829817702446>
- Blaser, M. (2013). Ontological conflicts and the stories of peoples in spite of Europe. *Current Anthropology*, 54(5), 547-568. <https://doi.org/10.1086/672270>
- Burchell, G., Gordon, C., & Miller, P. (1991). *The Foucault effect: Studies in governmentality with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. The University of Chicago Press. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226028811.001.0001>
- Busse, J. (2015). The biopolitics of statistics and census in Palestine. *International Political Sociology*, 9(1), 70-89. <https://doi.org/10.1111/ips.12077>
- Capan, Z. G. (2017). Decolonising International Relations? *Third World Quarterly*, 38(1), 1-15. <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1245100>
- Césaire, Aimé. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Livraria Sá da Costa Editora.
- Chandler, D. (2009). Critiquing liberal cosmopolitanism? The limits of the biopolitical approach. *International Political Sociology*, 3(1), 53-70. <https://doi.org/10.1111/j.1749-5687.2008.00063.x>
- Chandler, D. (2010). Globalising Foucault: Turning critique into apologia — A Response to Kiersey and Rosenow. *Global Society*, 24(2), 135-142. <https://doi.org/10.1080/13600821003626120>
- Clastres, P. (2014). Do etnocídio. Em P. Clastres (Ed.), *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política* (pp. 75-88). Cosac Naify.
- Conway, J. (2011). Cosmopolitan or colonial? The World Social Forum as ‘contact zone.’ *Third World Quarterly*, 32(2), 217-236. <https://doi.org/10.1080/01436597.2011.560466>
- Dammann, F., Eichenmüller, C., & Glasze, G. (2022). Geographies of “digital governmentality.” *Digital Geography and Society*, 3, 100034. <https://doi.org/10.1016/j.diggeo.2022.100034>
- De Roeck, F. (2019). Governmentality and the climate-development nexus: The case of the EU Global Climate Change Alliance. *Global Environmental Change*, 55, 160-167. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2019.02.006>
- Dean, M. (2025). The concept of authoritarian governmentality today. *Global Society*, 39(1), 16-35. <https://doi.org/10.1080/13600826.2024.2362739>
- Dean, M. (2007). *Governing societies: Political perspectives on domestic and international rule*. Open University Press.
- Dean, M. (2010). *Governmentality: Power and rule in modern society*. SAGE Publications.

- Death, C. (2013). Governmentality at the limits of the international: African politics and Foucauldian theory. *Review of International Studies*, 39(3), 763-787. <https://doi.org/10.1017/S0260210512000307>
- Dillon, M., & Reid, J. (2001). Global liberal governance: Biopolitics, security and war. *Millennium: Journal of International Studies*, 30(1), 41-66. <https://doi.org/10.1177/03058298010300010501>
- Dunford, R. (2017). Peasant activism and the rise of food sovereignty: Decolonising and democratising norm diffusion? *European Journal of International Relations*, 23(1), 145-167. <https://doi.org/10.1177/1354066115614382>
- Estévez, A. (2020). Mexican necropolitical governmentality and the management of suffering through human rights technologies. *Critical Criminology*, 28(1), 27-42. <https://doi.org/10.1007/s10612-020-09502-8>
- Estévez, A. (2021). The management of death in North America: From the necropolitical governmentalization of the state to the rule of law necropower. Em A. Estévez (Ed.), *Necropower in North America* (pp. 9-33). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-73659-0_2
- Fanon, F. (1986). *Black skin, white masks*. Pluto Press.
- Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Zahar.
- Foucault, M. (1977). *Discipline and punish: the birth of the prison*. Pantheon Books.
- Foucault, M. (2003). *Society must be defended: lectures at the Collège de France, 1975-76*. Picador.
- Foucault, M. (2007). *Security, territory, population: Lectures at the Collège de France 1977-78*. Palgrave Macmillan.
- Foucault, M. (2008). *The birth of biopolitics: lectures at the Collège de France, 1978-79*. Palgrave Macmillan.
- Fraser, N., & Jaeggi, R. (2018). *Capitalism: a conversation in critical theory*. Polity.
- Gandarilla Salgado, J. G., García-Bravo, M. H., & Benzi, D. (2021). Two decades of Aníbal Quijano's coloniality of power, eurocentrism and Latin America. *Contexto Internacional*, 43(1), 199-222. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2019430100009>
- Garzón López, P. (2013). Pueblos indígenas y decolonialidad. Sobre la colonización epistemológica occidental. *Andamios: Revista de Investigación Social*, 10(22), 305-331. <https://doi.org/10.29092/uacm.v10i22.278>
- Georgis, M., & Lugosi, N. V. T. (2014). (Re)inserting race and indigeneity in international relations theory: A post-colonial approach. *Global Change, Peace & Security*, 26(1), 71-83. <https://doi.org/10.1080/14781158.2014.867845>
- Grosfoguel, R. (2010). The epistemic decolonial turn: Beyond political-economy paradigms. En W. D. Mignolo & A. Escobar (Eds.), *Globalization and the Decolonial Option* (pp. 65-77). Routledge.

- Heath-Kelly, C. (2024). Multi-agency counter-terrorism in Britain and Norway: Intelligence agencies and the administration of welfare. *Security Dialogue*, 55(4), 386-403. <https://doi.org/10.1177/09670106241234203>
- Hindess, B. (2005). Politics as government: Michel Foucault's analysis of political reason. *Alternatives: Global, Local, Political*, 30(4), 389-413. <https://doi.org/10.1177/030437540503000401>
- Hoff, N., & Blanco, R. (2020a). A pacificação como governo: as UPPs cariocas como dispositivos da governamentalidade global. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (33), e234222. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.234222>
- Hoff, N., & Blanco, R. (2020b). Do Estado falido à cidade falida. *Carta Internacional*, 15(2). <https://doi.org/10.21530/ci.v15n2.2020.981>
- Hoff, N., & Blanco, R. (2021a). A construção da paz enquanto normalização internacional: uma análise crítica do caso iraquiano. *Relações Internacionais*, (69), 121-141. <https://doi.org/10.23906/ri2021.69a08>
- Hoff, N., & Blanco, R. (2021b). Abrindo a caixa de ferramentas foucaultiana: delineando a governamentalidade global enquanto instrumento analítico das Relações Internacionais. *Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais Da PUC Minas*, 9(2), 34-56. <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2021v9n2p34-56>
- Hoff, N., & Blanco, R. (2021c). Do Haiti ao Rio de Janeiro e vice-versa: a pacificação enquanto pilar da governamentalidade brasileira acerca da paz. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 8(2). <https://doi.org/10.26792/rbed.v8n2.2021.75254>
- Holland, J. (2025). AUKUS and the Anglobal colour line: Race, anglosphere aphasia, and (white) military supremacy. *Australian Journal of International Affairs*, 1-19. <https://doi.org/10.1080/10357718.2025.2555566>
- Howell, A., & Richter-Montpetit, M. (2019). Racism in Foucauldian security studies: Biopolitics, liberal war, and the whitewashing of colonial and racial violence. *International Political Sociology*, 13(1), 2-19. <https://doi.org/10.1093/ips/oly031>
- Jaeger, H.-M. (2023). Governmentality and international relations: Critiques, challenges, genealogies. Em W. Walters, & M. Tazzioli (Eds.), *Handbook on Governmentality* (Cap. 4, pp. 72-93). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781839108662.00011>
- Joseph, J. (2010). The limits of governmentality: Social theory and the international. *European Journal of International Relations*, 16(2), 223-246. <https://doi.org/10.1177/1354066109346886>
- Joseph, J. (2012). *The Social in the Global: Social Theory, Governmentality and Global Politics*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139149143>
- Krishna, S. (2001). Race, Amnesia, and the Education of International Relations. *Alternatives: Global, Local, Political*, 26(4), 401-424. <https://doi.org/10.1177/030437540102600403>

- Kutay, Acar. (2014). *Governance and European civil society: Governmentality, discourse and NGOs*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315815718>
- Lander, E. (2001). Pensamiento crítico Latinoamericano: impugnación del eurocentrismo. *Revista de Sociología*, 0(15). <https://doi.org/10.5354/0719-529X.2001.27766>
- Larner, W., & Walters, W. (2004). Introduction. In W. Larner, & W. Walters (Eds.), *Global Governmentality. Governing International Spaces* (pp. 1-20). Routledge.
- Lippert, R. (1999). Governing Refugees: The Relevance of Governmentality to Understanding the International Refugee Regime. *Alternatives: Global, Local, Political*, 24(3), 295-328. <https://doi.org/10.1177/030437549902400302>
- Lipschutz, R., & Rowe, J. K. (2006). *Globalization, governmentality and global politics*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203799260>
- Loomba, A. (2005). *Colonialism/postcolonialism*. Routledge.
- Lorenzini, D. (2023). Foucault, governmentality, and the techniques of the self. Em W. Walters & M. Tazzioli (Eds.), *Handbook on Governmentality* (pp. 22-37). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781839108662.00008>
- Löwenheim, O. (2007). The responsibility to responsibilize: Foreign offices and the issuing of travel warnings. *International Political Sociology*, 1(3), 203-221. <https://doi.org/10.1111/j.1749-5687.2007.00014.x>
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, (9), 73-101. <https://doi.org/10.25058/20112742.340>
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. Em S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Eds.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores, Instituto Pensar.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. N1.
- McNevin, A., Missbach, A., & Mulyana, D. (2016). The rationalities of migration management: Control and subversion in an Indonesia-Based Counter-Smuggling Campaign. *International Political Sociology*, 10(3), 223-240. <https://doi.org/10.1093/ips/olw009>
- Memmi, A. (2007). *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*. Civilização Brasileira.
- Merlingen, M. (2006). Foucault and world politics: Promises and challenges of extending Governmentality Theory to the European and beyond. *Millennium: Journal of International Studies*, 35(1), 181-196. <https://doi.org/10.1177/03058298060350010301>
- Methmann, C. (2011). The sky is the limit:1 Global warming as global governmentality. *European Journal of International Relations*, 19(1), 69-91. <https://doi.org/10.1177/1354066111415300>

- Mignolo, W. D. (2005). Prophets Facing Sidewise: The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. *Social Epistemology*, 19(1), 111-127. <https://doi.org/10.1080/02691720500084325>
- Mignolo, W. D., & Walsh, C. E. (2018). *On decoloniality*. Duke University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11g9616>
- Mignolo, W. D. (2011). *The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options*. Duke University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv125jqbw>
- Miller, P., & Rose, N. (1990). Governing economic life. *Economy and Society*, 19(1), 1-31. <https://doi.org/10.1080/030851490000000001>
- Montenegro, M., Pujol, J., & Posocco, S. (2017). Bordering, exclusions and necropolitics. *Qualitative Research Journal*, 17(3), 142-154. <https://doi.org/10.1108/QRJ-08-2017-089>
- Nayar, J. (2014). On the elusive subject of sovereignty. *Alternatives: Global, Local, Political*, 39(2), 124-147. <https://doi.org/10.1177/0304375414566154>
- Neumann, I. B., & Sending, O. Jacob. (2010). *Governing the global polity: Practice, mentality, rationality*. University of Michigan Press. <https://doi.org/10.3998/mpub.371804>
- Noxolo, P. (2017). Decolonial theory in a time of the re-colonisation of UK research. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 42(3), 342-344. <https://doi.org/10.1111/tran.12202>
- Orsini, G., Canessa, A., & Martínez Del Campo, L. G. (2019). Governing through the border: (Post)colonial governmentality in Gibraltar. Em Canessa, A. (Ed.), *Bordering on Britishness* (pp. 195-216). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-99310-2_8
- Prasse-Freeman, E. (2023). Reassessing reification: Ethnicity amidst “failed” governmentality in Burma and India. *Comparative Studies in Society and History*, 65(3), 670-701. <https://doi.org/10.1017/S0010417523000075>
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11-20.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Quijano, Á. (2015). La vasta empresa narrativa de todas las sangres. Em C. M. Pinilla (Ed.), *Todas las sangres: cincuenta años después* (pp. 27-48). Ministerio de Cultura.
- Radu, R. (2014). Power technology and powerful technologies: Global governmentality and security in the cyberspace. Em J. -F. Kremer, & B. Müller (Eds.), *Cyberspace and International Relations* (pp. 3-20). Springer Berlin Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-642-37481-4_1
- Ragazzi, F. (2009). Governing diasporas. *International Political Sociology*, 3(4), 378-397. <https://doi.org/10.1111/j.1749-5687.2009.00082.x>
- Ranta, E. M. (2016). Toward a decolonial alternative to development? The emergence and shortcomings of *vivir bien* as state policy in Bolivia in the era of globalization. *Globalizations*, 13(4), 425-439. <https://doi.org/10.1080/14747731.2016.1141596>

- Rasmussen, K. S. (2011). Foucault's genealogy of racism. *Theory, Culture & Society*, 28(5), 34-51. <https://doi.org/10.1177/0263276411410448>
- Rose, N. (1999). *Powers of Freedom*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511488856>
- Rose, N., & Miller, P. (1992). Political Power beyond the State: Problematics of Government. *The British Journal of Sociology*, 43(2), 173. <https://doi.org/10.2307/591464>
- Rosenow, D. (2009). Decentring global power: The merits of a Foucauldian approach to International Relations. *Global Society*, 23(4), 497-517. <https://doi.org/10.1080/13600820903198891>
- Said, E. W. (1978). *Orientalism*. Pantheon Books.
- Santos, B. de S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos — CEBRAP*, (79), 71-94. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>
- Santos, B. de S. (2017). *Epistemologies of the South: Justice against epistemicide*. Routledge.
- Selby, J. (2007). Engaging Foucault: Discourse, liberal governance and the limits of Foucauldian IR. *International Relations*, 21(3), 324-345. <https://doi.org/10.1177/0047117807080199>
- Shani, G. (2010). De-colonizing Foucault. *International Political Sociology*, 4(2), 210-212. https://doi.org/10.1111/j.1749-5687.2010.00100_7.x
- Shilliam, R. (2020). Race and racism in international relations: Retrieving a scholarly inheritance. *International Politics Reviews*, 8(2), 152-195. <https://doi.org/10.1057/s41312-020-00084-9>
- Simon, J. (2025). An analytics of far-right populist contestation and the case of 'awakened mothers' in US public education and beyond. *Global Society*, 1-25. <https://doi.org/10.1080/13600826.2025.2468946>
- Stierl, M. (2020). Reimagining Europe through the governance of migration. *International Political Sociology*, 14(3), 252-269. <https://doi.org/10.1093/ips/olaa007>
- Strippel, J., & Bulkeley, H. (2013). On governmentality and climate change. Em J. Strippel, & H. Bulkeley (Eds.), *Governing the Climate* (pp. 1-24). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107110069.003>
- Taylor, L. (2012). Decolonizing international relations: Perspectives from Latin America. *International Studies Review*, 14(3), 386-400. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2012.01125.x>
- Tazzioli, M. (2015). *Spaces of governmentality: Autonomous migration and the Arab uprisings*. Rowman & Littlefield International. <https://doi.org/10.5040/9798881813154>
- Teo, T.-A., & Wynne-Hughes, E. (2020). *Postcolonial governmentalities: Rationalities, violences and contestations*. Rowman & Littlefield International. <https://doi.org/10.5771/9781786606846>
- Triandafyllidou, A. (2025). De-centring migration governance: The role of narratives. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 1-19. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2025.2544077>

- Trinh, B. T. A. (2023). The formation of civil society through a mode of governmentality in post-reform Vietnam. Em C. Zhang, & B. T. A. Trinh (Eds.), *Governance in Transitional Societies in East and Southeast Asia* (pp. 29-50). Springer Nature Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-99-5306-6_2
- Tuck, E., & Yang, K. W. (2012). Decolonization is not a metaphor. *Decolonization: Indigeneity, Education & Society*, 1(1), 1-40.
- Tucker, K. (2018). Unraveling coloniality in international relations: Knowledge, relationality, and strategies for engagement. *International Political Sociology*, 12(3), 215-232. <https://doi.org/10.1093/ips/oly005>
- Tucker, K. (2020). Hierarchies, erasures and appropriations of knowledge. Em T. -A. Teo, & E. Wynne-Hughes (Eds.), *Postcolonial Governmentalities: Rationalities, Violences and Contestations* (pp. 45-66). Rowman & Littlefield. <https://doi.org/10.5040/9798881811914.ch-002>
- Vong, S. K., & Lo, W. Y. W. (2023). On the (re)move: Exploring governmentality in post-colonial Macao's higher education. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 44(3), 389-406. <https://doi.org/10.1080/01596306.2023.2200076>
- Walters, W. (2012). *Governmentality: Critical encounters*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203116937>
- Walters, W., & Tazzioli, M. (2023). *Handbook on governmentality*. Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781839108662>
- Whitehead, M., & Collier, W. G. A. (2023). Incidental governmentality: Big tech and the hidden rationalities of government. *Digital Geography and Society*, 5, 100071. <https://doi.org/10.1016/j.diggeo.2023.100071>
- Wynter, S. (2003). Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: Towards the human, after man, its overrepresentation — An Argument. *CR: The New Centennial Review*, 3(3), 257-337. <https://doi.org/10.1353/ncr.2004.0015>
- Zehfuss, M. (2021). "We can do this": Merkel, migration and the fantasy of control. *International Political Sociology*, 15(2), 172-189. <https://doi.org/10.1093/ips/olaa026>